

THE RIO RESOLUTION

STREET CHILD GAMES 2016



Signatories: thirty-one former street children from: Brazil, Argentina, Great Britain, Egypt, Burundi, Mozambique, Pakistan, India and the Philippines

The General Assembly of the Street Child Games, meeting in Rio de Janeiro, Brazil, from 15-18 March 2016:

Reminding nations of their commitment to the United Nations Convention on the Rights of the Child (UNCRC), which states that all children are entitled to all rights, regardless of their circumstances,

Guided by delegates' personal experiences of living or working on the streets, and representing others still on the streets worldwide:

Emphasising specific rights most frequently denied to children living or working on the streets: **the right to Protection from Violence** (article 19), **the right to Education** (articles 28 & 29), **the right to a Legal Identity** (articles 7 & 8),

Declares that violence is a result of not being listened to. Governments must work with street-connected children to create laws that prevent them from being subjected to violence and abuse

Demands that all police training includes how to understand and relate to street-connected children, and that this training invites the participation of street children themselves

Urges that governments stop forcing street-connected children into 'care centres', which only continue to put us at risk of physical and emotional violence

Asserts that street children have the right to education. All governments should ensure enrolment of street children in schools, regardless of background, identity papers or resources, and support families to enable children to stay in school

Advises that teacher-training must include understanding the emotional and educational needs of street-connected children

Reminds governments that schools should be a place of safety for children. The Assembly demands that governments ban corporal punishment and emotional abuse in schools.

Emphasises that every child has the right to be a full citizen, regardless of whether they have a home or an address

Recommends that specialist services must be provided to enable street-connected children to possess a legal identity; this process must be simple and free. We must appear on the national census

Proclaims that street-connected children need love, respect, and to be seen.

“We too have values, beliefs, morals and principles. We will be listened to.”

In partnership with:

Terre des Hommes
International Federation

 **Dreikönigsaktion**
Hilfswerk der Katholischen Jungschar

 **StreetInvest**
Investing in children on the street

*Generously supported by Save the Children, Imperial Corporate Events, Vitol and Muslim Hands.
Printing kindly supported by The Consulate of the United States of America, Rio de Janeiro*

A RESOLUÇÃO DO RIO STREET CHILD GAMES 2016



in association with
 Save the Children

Signatários: trinta e um jovens que já passaram pela situação de rua nos seguintes países: Brasil, Argentina, Inglaterra, Egito, Burundi, Moçambique, Paquistão, Índia e Filipinas

A Assembléia Geral dos Street Child Games, reunida no Rio de Janeiro, Brasil, durante o período de 15-18 de março de 2016:

Lembrando às nações do seu compromisso com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC), que afirma que todas as crianças têm direitos, independentemente de sua condição,

Guiada pelas experiências pessoais dos delegados que viveram ou trabalharam nas ruas, e representando outros ainda nas ruas em todo o mundo:

Enfatizando os direitos específicos mais frequentemente negado às crianças que vivem ou trabalham nas ruas: **o direito à proteção contra a violência** (artigo 19), **o direito à educação** (artigos 28 e 29), **o direito a uma identidade jurídica** (artigos 7 e 8),

Declara que a violência é um resultado da falta de atenção. Os governos devem trabalhar com as crianças que enfrentam ou enfrentaram a situação de rua para criar leis que impeça que sejam submetidos à violência e ao abuso

Exige que toda a instrução e treinamento da polícia inclua o entendimento e relacionamento com jovens em situação de risco das ruas, convidando a participação dos próprios jovens nessa situação vulnerável

Instiga os governos a pararem de forçar crianças conectadas à situação de rua aos "centros de atendimento", que só continuam a colocarem os mesmo em risco de violência física e emocional

Afirma que as crianças em situação de rua têm direito à educação. Todos os governos devem garantir a matrícula dessas crianças nas escolas, independentemente de sua trajetório, documentos de identidade ou recursos, apoiando as famílias para que suas crianças permaneçam na escola

Aconselha que a formação de professores deve incluir a compreensão das necessidades emocionais e educacionais das crianças que já enfrentaram a situação das ruas

Lembra os governos que as escolas deveriam ser um lugar seguro para as crianças. A Assembleia exige que os governos proibam o castigo corporal e abuso emocional nas escolas.

Salienta que toda criança tem o direito de ser um cidadão pleno, independentemente de terem ou não uma casa ou um endereço

Recomenda que serviços especializados devem ser fornecidos para permitir que as crianças em situação de rua ou que já tenham enfrentado seus perigos tenham personalidade jurídica; sendo este processo simples e gratuito. Devemos fazer parte do censo nacional

Proclama que as crianças que já enfrentaram ou que passam pela situação de rua precisam de amor, respeito e atenção.

"Nós também temos valores, crenças, costumes e princípios. Devemos ser ouvidos".

Em parceria com:

 **Terre des Hommes**
International Federation

 **Dreikönigsaktion**
Hilfswerk der Katholischen Jungschar

 **StreetInvest**
Investing in children on the street

Generosamente apoiado pela Save the Children, Imperial Corporate Events, Vitol e Muslim Hands.
A impressão foi gentilmente oferecida pelo Consulado dos Estados Unidos da América, Rio de Janeiro